



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Rua Ciomara Amaral de Paula, 167 – Bairro Medicina – 37550-000 - Pouso Alegre/MG

Fone: (35) 3449-6150/E-mail: reitoria@ifsuldeminas.edu.br

Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (mandato 2014-2016) realizada em 24 de junho de 2014.

1 Aos vinte e quatro dias do mês de junho, do ano de dois mil e quatorze, às nove horas e trinta e
2 oito minutos, na sala de reuniões do Câmpus Muzambinho, sob a Presidência do Reitor Sérgio
3 Pedini, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Superior (mandato 2014-2016), estando
4 presentes os Senhores Conselheiros: **Representantes dos Docentes** - Lidiane Teixeira Xavier;
5 Letícia Sepini Batista; Evane da Silva; Beatriz Glória Campos Lago; Flávio Santos Freitas;
6 Marco Aurélio Nicolato Peixoto. **Representantes dos Discentes** – Luis Gustavo Alves Campos;
7 João Mario Andrezza Andrade; Washington dos Reis; João Paulo Teixeira; Guilherme Vilhena
8 Vilasboas. **Representantes dos Técnico-Administrativos** – Eustáchio Carneiro; Antônio
9 Marcos de Lima; Sandro Soares da Penha; Clayton Silva Mendes; Nelson de Lima Damião;
10 Xenia Souza Araújo. **Representantes dos Egressos** - Renan Andrade Pereira; Christoffer
11 Carvalho Vitor; Adolfo Luis de Carvalho; Márcia Scodeler. **Representantes Entidades**
12 **Patronais:** Jorge Florencio Ribeiro Neto. **Representantes das Entidades dos Trabalhadores** -
13 Célio Antonio Leite. **Representantes do Setor Público ou Estatais** - Jésus de Souza Pagliarini;
14 Murilo de Albuquerque Regina. **Representantes dos Diretores-gerais dos Câmpus** – Luiz
15 Carlos Dias da Rocha; Carlos Henrique Rodrigues Reinato; João Paulo de Toledo Gomes; Josué
16 Lopes; Marcelo Carvalho Bottazzini. Foram convidados para participarem da reunião: Marcelo
17 Bregagnoli (Reitor Substituto); Carlos Alberto Machado Carvalho (Pró-reitor de Ensino); Dauri
18 Ribeiro da Silva (Procurador Federal); Camilo Oliveira Prado (Coordenador-geral de
19 Planejamento). A pauta foi encaminhada antecipadamente, por e-mail, aos Conselheiros, sendo:
20 01. Palavra do Presidente e do Procurador Federal do IFSULDEMINAS. 02. Verificação do
21 Quórum do Conselho Superior (Secretário). 03. Aprovação da Ata da reunião do dia 30/04/2014.
22 04. PDI. 05. Análise de novo curso – Técnico em Agricultura (Pronatec). 06. Regulamento
23 Interno do Colégio de Dirigentes. 07. Homologar as Resoluções Ad Referendum 040, 041, 042 e
24 043/2014. 08. Alteração no Organograma da Reitoria. 09. Expedientes (Presidente e Secretário).
25 - Proposta de Resolução - Antecipação de Tutela – RSC para o servidor Fausto. O Presidente
26 iniciou a reunião do Conselho Superior, mandato, 2014-2016 desejando bom dia e boas vindas a
27 todos. Explicou que as reuniões seguem um rodízio, sendo realizadas em cada câmpus e reitoria,
28 seguindo a ordem alfabética, sendo que a Reunião de implantação deste CONSUP aconteceu no
29 Câmpus Machado, hoje no Câmpus Muzambinho. Justificou que a reunião de hoje é uma
30 Reunião Extraordinária sendo realizada por se ter uma demanda importante que é o PDI, mas
31 foram incluídos outros pontos de pauta. Disse que em função disso na reunião estavam presentes
32 convidados, como já é de costume nas reuniões do Conselho Superior, quando o tema exige
33 pessoas que nos auxiliam na apresentação dos itens de pauta. Falou que estava presidindo a
34 reunião mesmo já tendo despedido dos conselheiros na última reunião, porque a princípio o
35 mandato do Reitor e dos Diretores eleitos iria até a meia noite do dia 28 de maio, como já havia
36 explicado, o processo eleitoral sai da instituição, passa pelo MEC, que faz uma análise prévia da
37 documentação e toda essa documentação vai para a Casa Civil. Disse que em função disso foi

38 montado o nosso cronograma, a princípio com um tempo suficiente e necessário para que essa
39 análise fosse feita com folga. Falou que todo o processo foi entregue no início de abril,
40 considerando que dois meses seriam suficientes para que a análise fosse feita. Como já foi falado
41 neste Conselho o processo já passou pelo MEC, mas na Casa Civil, onde concentra uma série de
42 atividades, num ano eleitoral e de Copa do Mundo, eventualmente poderia atrasar. Externou que
43 foram acusados nesse Conselho Superior de termos aligeirado o processo e que poderíamos
44 retardar o calendário sem problemas, mas o fato de estar aqui ainda é porque no dia 28 de maio a
45 Casa Civil que não teve tempo suficiente para analisar o processo exigiu que o MEC o colocasse
46 como Reitor Pro Tempore, ou seja, a comissão eleitoral fez um trabalho brilhante e tínhamos
47 razão que não poderíamos fazer de outra forma, que não a que foi feita. Disse que foi uma
48 acusação injusta, não houve tentativa nenhuma de aligeiramento, todos tiveram todas as
49 condições possíveis de prazo para se candidatar, o calendário foi seguido e este Conselho
50 Superior (mandato anterior) conduziu o Processo Eleitoral de uma forma correta. Falou que por
51 isso está presidindo a reunião, pois está como Reitor Pro Tempore. Uma vez nomeado Reitor Pro
52 Tempore (ato do Ministro publicado no diário Oficial), fez uma consulta aos três câmpus onde
53 ocorreu o Processo Eleitoral, pedindo que os Diretores, do Câmpus Machado e do Câmpus
54 Inconfidentes, indicassem quem ficaria como Diretor Pro tempore. No caso do Câmpus
55 Muzambinho o Luiz Carlos foi reconduzido como Diretor Pro Tempore. Disse que era uma
56 atribuição dele como Reitor, mas que preferiu delegar ao câmpus que fizesse essa definição. No
57 Câmpus Inconfidentes a definição foi que o Ademir continuaria como Diretor Pro Tempore e no
58 Câmpus Machado já houve a transição e o Carlos Henrique já foi nomeado como Diretor Pro
59 Tempore. Falou que de qualquer maneira é um mandato pro tempore, não é contabilizado nos
60 quatro anos do mandato, ou seja, é tempo extra até a nomeação definitiva do Reitor, Marcelo
61 Bregagnoli, que no dia seguinte empossa os diretores eleitos. Nos Câmpus novos passa a ser uma
62 definição do Reitor, os Diretores Pro Tempore, porque até cinco anos da portaria de
63 funcionamento, não há obrigatoriedade de ocorrer o processo de consulta. O Presidente pediu aos
64 conselheiros que autorizassem a permanência do Marcelo Bregagnoli na reunião, afinal ele ainda
65 não é o Reitor, mas o convidou. Todos concordaram. O Presidente falou que a transição já está
66 sendo feita, e o Marcelo Bregagnoli vem indicando a nova equipe de gestão. Todos os cargos da
67 Reitoria, de Pró-reitores, Coordenadores e Diretores já assumiram em função das orientações do
68 Marcelo, menos os dois. O Presidente pediu para que os conselheiros se apresentassem, de forma
69 rápida, falando o nome e qual a representação e o câmpus, se for o caso, para que se possam
70 conhecer. Todos se apresentaram. O Presidente falou para quem quisessem conhecer o Câmpus
71 Muzambinho, logo após o almoço o Diretor Luiz Carlos iria acompanhar a visita. Outro
72 esclarecimento foi com relação ao pagamento de diárias aos conselheiros, disse que tem um
73 acordo que vem sendo cumprido há cinco anos, nasceu no colégio de Dirigentes, de que todas as
74 reuniões que acontecem num câmpus que tem refeitório e a reunião acontece durante o dia,
75 aonde as pessoas vêm e voltam no mesmo dia, não é paga a diária, porque não há nenhum tipo de
76 despesa, porque as pessoas podem almoçar no câmpus. O câmpus acaba tendo alguma despesa,
77 mas como há o rodízio há um compartilhamento das despesas, por isso não há o pagamento de
78 diárias, nos três câmpus pré-expansão, que tem refeitório. Explicou que na pauta tem a palavra
79 do Presidente e do Procurador que já vem sendo uma praxe nos três mandatos do CONSUP de
80 que na primeira reunião tenha uma palavra do Procurador, que é uma espécie de esclarecimento
81 no que diz respeito às atribuições do CONSUP, que é o órgão máximo, extremamente respeitado
82 na instituição, inclusive por ter membros externos que têm contribuído muito com os rumos da
83 instituição, mas que tem também responsabilidades por ser o órgão máximo, muita gente não
84 sabe, mas nossa autonomia foi conquistada a partir da criação dos Institutos Federais, no que diz
85 respeito à criação de cursos, por exemplo, não os Stricto Sensu que dependemos da Capes, mas a
86 oferta de Cursos Técnicos, Superiores e Lato Sensu. O Conselho Superior é deliberativo. O
87 Presidente disse que convidou o Procurador Federal, Dr. Dauri, para que da mesma forma que
88 feita nos outros inícios de mandatos do Conselho Superior, ele vir deixar algumas palavras aos
89 conselheiros, dando uma explicação rápida e geral com relação às atribuições e

90 responsabilidades dos conselheiros. Passou a palavra para o Dr. Dauri que se apresentou. Disse
91 que é Procurador Federal do IFSULDEMINAS desde a gestão passada do Professor Pedini, em
92 2010. Falou que é concursado da Advocacia Geral da União – AGU, desde 1996 e já tem
93 experiência na área pública. Disse que foi muito bom para ele ter uma experiência nova no
94 Instituto. Comentou que foi convidado pelo Professor Marcelo Bregagnoli para continuar nessa
95 missão, que não é fácil. Disse que antigamente existia um procurador para cada câmpus
96 pertencente a cada instituição. A Consultoria das Instituições Federais de Ensino (IFES) é feita
97 pela AGU, através de suas Procuradorias Federais, hoje, órgãos separados das IFES e
98 subordinados à PGF/AGU. Seu papel é assessorar juridicamente os órgãos públicos no
99 cumprimento de sua função (licitações, concursos e demais questões legais). Disse que a
100 finalidade principal da assessoria é trazer segurança ao gestor na tomada de decisões. Falou que
101 é o advogado da instituição para qualquer problema jurídico. Colocou-se a disposição dos
102 conselheiros, seja em assuntos do âmbito do próprio Conselho Superior ou outro assunto
103 qualquer, que seja uma demanda que seja pública. Iniciou a sua apresentação falando um pouco
104 sobre o Conselho Superior que é a instância máxima do Instituto. Disse que na Lei 11.892/2008
105 em seu artigo 10º expressa que: “Art. 10. A administração dos Institutos Federais terá como
106 órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.” Falou sobre o Estatuto; o
107 Regimento Geral do IFUSLDEMINAS; o Regimento Interno do Conselho Superior; e as Normas
108 do MEC, que estão disponíveis no nosso site. Disse que a instância recursal máxima da
109 Instituição é o Conselho Superior. Falou que respeita muito esse órgão coletivo, pela quantidade
110 de pessoas que se dispõem a estar aqui. Comentou sobre as funções do Conselho Superior, que é
111 **Consultiva** (fiscalizar, aconselhar, acompanhar a Administração Pública); **Deliberativa** (cria e
112 extingue cursos, aprova Plano de Desenvolvimento Institucional, Aprova Estatuto do IF,
113 Proposta Orçamentária, etc.). Portanto, o Conselho Superior dá IDENTIDADE ao Instituto
114 Federal. Falou da submissão do Conselho Superior aos princípios da Administração Pública,
115 previstos na da Constituição Federal/88 (art. 37), o Conselho Superior é um órgão público, que
116 está sujeito aos princípios da: **Legalidade** – a própria constituição do conselho Superior vem da
117 Lei. A administração pública só faz o que está na lei. Disse que vivemos num estado democrático
118 de direito, um estado onde o próprio Estado se submete às Leis que ele faz. Como órgãos
119 públicos vivemos debaixo de leis que às vezes dependem de interpretação, assim contam com o
120 auxílio da Procuradoria. Falou que todos interpretamos leis (regulamentos), diariamente, no caso
121 de dúvida formal e o caso da Procuradoria estar auxiliando. **Impessoalidade** – não se admite na
122 administração e também no Conselho, porque é um órgão da administração, tratar alguma coisa
123 com base em revanchismo. Explicou que impessoalidade é um desdobramento do princípio da
124 igualdade. Disse que temos que ser o mais impessoal possível com relação aos nossos atos. Por
125 trás deve estar interesse público e não nosso interesse, a lei é maior que nós todos. Nós estamos
126 subordinados à lei. **Moralidade** – não é difícil de entender moralidade, o ser humano é um ser
127 moral, assim ele nasce com a moralidade. A Moralidade, a ética está dentro de nós. Expresso na
128 Constituição/88, a Administração Pública tem de ser ética. Entre as coisas que precisa escolher,
129 tem de escolher a melhor, a mais justa, a mais correta possível. Disse que qualquer ato demanda
130 ética. **Publicidade** – Temos o dever de mostrar aquilo que a gente faz, não existe ato secreto
131 dentro do Instituto Federal. Disse que é claro que um Processo Administrativo enquanto ele não
132 é julgado está sujeito a sigilo, até para proteger a própria identidade da pessoa, mas depois que
133 terminou o processo ele é público. As normas do IF estão todas no site. Falou que se tiver uma
134 pessoa interessada nos documentos produzidos pelo Conselho, isso deverá ser avaliado, se não
135 for prejudicar nenhuma pessoa, poderá ser publicado ou não, mas em regra tudo que seja feito na
136 instituição tem de ser transparente, claro. **Eficiência** – ser eficiente é fazer o melhor possível.
137 Fazer aquilo que precisa ser feito da melhor maneira possível, aplicar o dinheiro da melhor
138 forma possível. Disse que algumas decisões que passarão para o Conselho Superior, os
139 conselheiros precisarão meditar sobre isso. Sobre outra questão importante que gostaria de deixar
140 claro é sobre responsabilidade. Todo mundo que **decide** tem de ter responsabilidade. Qualquer
141 agente público que delibere acerca do destino da coisa pública, responde por eventual ilegalidade

142 de suas ações ou omissões. Citou que MPF, CGU, TCU são órgãos cuja função é justamente
143 detectar eventual ilegalidade das ações e omissões dos agentes públicos. Disse que a AGU se
144 coloca ao lado do gestor e dos conselheiros para defendê-los de atos questionados pelos órgãos
145 MPF, CGU, TCU desde que sejam atos públicos dentro da legalidade. Falou para tirarem da
146 visão intencional os atos de irregularidades, nenhum ato do Conselho pode desviar do que é
147 moral, do que é legal. Comentou que em linhas gerais o IFSULDEMINAS tem ido muito bem,
148 praticamente sem nenhum problema de ordem seríssima. Disse que não falou tudo isso para
149 terem medo, mas sim para sempre terem responsabilidades nas decisões. Relembrou que: “Os
150 alunos são a razão da existência das políticas públicas de educação, portanto todo processo
151 deliberativo da instituição deve ter os olhos voltados para os alunos, sem perder de vista os
152 princípios que devem nortear a Administração Pública, a IDENTIDADE do IF e a relativa
153 AUTONOMIA dos câmpus”. O aluno é o ponto final do nosso serviço. Dr. Dauri agradeceu o
154 convite para vir falar ao Conselho Superior e se colocou a disposição. O Presidente agradeceu
155 Dr. Dauri. Explicou que foi reservado esse tempo para esclarecer as atribuições e
156 responsabilidades para que se tenha mais tranquilidade na tomada de decisão durante o mandato
157 Disse que passaram por esses quatro anos com grande tranquilidade e que é importante manter
158 essa relação tranquila com os órgãos externos. O Presidente explicou que o Regimento Interno
159 do Conselho Superior teve algumas modificações, como a ampliação e passando a ter seções
160 públicas. Disse que poderiam deixar algumas cadeiras reservadas para a comunidade, mas existe
161 outra maneira adotada por outros institutos é de usar a tecnologia para que a reunião seja pública.
162 O regimento prevê a participação pública, mas sem voz e voto. Uma das maneiras tecnológicas
163 de se resolver isso é transmitir a reunião, colocar um link no youtube. Disse que trouxe a equipe
164 da reitoria (Joarle Magalhães Soares e Rayllel Bandeira) para fazerem os testes e viabilizar a
165 reunião a partir de hoje, se houvesse a anuência do Conselho. Justificou que houve problemas
166 técnicos e esta reunião ainda não será transmitida ao vivo. Colocou em discussão e aprovação do
167 Conselho se todos concordavam em utilizar, então, a tecnologia. Todos aprovaram, assim a
168 próxima reunião será transmitida ao vivo, o link será disponibilizado no site do
169 IFSULDEMINAS. O Presidente passou a palavra para o Camilo apresentar os Procedimentos do
170 Conselho Superior do IFSULDEMINAS. Camilo iniciou falando que o Conselho Superior tem
171 competência para “aprovar o Planejamento Anual, o Plano de Desenvolvimento Institucional e
172 apreciar a proposta orçamentária anual” (artigo 7º, IV, Regimento Interno do Consup). “Ao
173 colocar um assunto em discussão, o Presidente dará a palavra aos que solicitarem, pela ordem,
174 podendo cada um falar, no máximo, 3 (três) minutos, admitindo-se mais uma intervenção nos
175 debates por igual tempo, salvo o relator, se houver, que poderá dar tantas explicações quantas lhe
176 forem solicitadas” (artigo 23, Regimento Interno do Consup). Sobre votação: “Todas as matérias
177 levadas à deliberação do Conselho Superior serão decididas por maioria dos votos válidos dos
178 presentes” (artigo 27, Regimento Interno do Consup). “Quando uma matéria de qualquer
179 natureza tiver deliberação no plenário do Conselho Superior, aprovada ou reprovada, expedida
180 ou não a Resolução pertinente, sua reapresentação somente poderá ocorrer a partir de abertura de
181 novo Processo, após seis meses a contar da data de sua deliberação, salvo se existir fato relevante
182 devidamente comprovado e fundamentado que, liminarmente, a critério do plenário, justifique a
183 nova apreciação da matéria” (artigo 29, Regimento Interno do Consup). Quanto ao suporte às
184 decisões: “Poderão participar das reuniões, a convite do Presidente, sem direito a voto, técnicos
185 ou especialistas nas matérias em discussão, pertencentes ou não ao Quadro de Pessoal do
186 IFSULDEMINAS” (artigo 20, Regimento Interno do Consup): Colegiados dos câmpus;
187 Colegiados multicâmpus; Comissões especiais dos câmpus ou multicâmpus; Competência
188 técnica dos órgãos; Pareceres de colegiados, comissões e órgãos. Camilo agradeceu e desejou a
189 todos uma boa reunião e que o Conselho use com sabedoria o novo suporte que recebe para
190 tomar as melhores decisões para o IFSULDEMINAS. O Presidente agradeceu a apresentação do
191 Camilo e disse que ele retornará para apresentação do item PDI. Dando continuidade item **02.**
192 **Verificação do Quórum do Conselho Superior (Secretário).** O Presidente solicitou que o
193 secretário verificasse o quórum, estavam presentes 32 (trinta e dois) dos 37 (trinta e sete)

194 membros do Conselho Superior, assim havendo quórum para a reunião. Item **03. Aprovação da**
195 **Ata da reunião do dia 30/04/2014.** O Presidente disse que a ata foi encaminhada previamente
196 por e-mail aos conselheiros. Colocou em discussão a aprovação da Ata da reunião do dia
197 30/04/2014. O conselheiro Flávio Santos Freitas disse que não sabe por que motivo não assinou
198 a lista de presença da última reunião, assim seu nome não consta na Ata. Pediu para constar nesta
199 ata de hoje a sua participação na reunião do dia 30/04/2014. Observação: na linha 97 arrumar a
200 palavra “IFSULDEMINAS” que tem um erro de digitação. Todos aprovaram. A conselheira
201 Xenia falou do prazo de envio da Ata para análise. Disse que o período de 30 de abril até 12 de
202 junho é um tempo muito grande para relembrar detalhes do que foi discutido numa reunião.
203 Sugeriu que a ata seja encaminhada em quinze dias para análise e sugestões. O Presidente
204 justificou que não é assim que tem sido feito, foi por causa da transição mesmo. Disse que fica o
205 recado para o Marcelo Bregagnoli tentar acelerar o envio para a próxima reunião. Considera-se
206 aprovada da reunião do dia 30/04 com a ressalva de seja enviada o mais rápido possível para a
207 próxima reunião. Dando continuidade, item **04. PDI.** O Presidente falou que o próximo item,
208 PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional foi o que motivou esta reunião extraordinária.
209 Disse que nós temos uma obrigação legal de apresentar o nosso Plano de Desenvolvimento
210 Institucional a cada cinco anos. Vínhamos discutindo o Plano no ano passado uma vez que a
211 princípio ele teria um prazo de validade até 31 de dezembro de 2013. Houve questionamento de
212 que esse prazo não deveria ser 31 de dezembro, uma vez que o nosso PDI original foi
213 protocolado no dia 30 de junho de 2009, porque a legislação (Lei 11.892) dizia que teria até 180
214 dias para apresentar o PDI, mas isso foi esclarecido. A Lei de criação dos Institutos nos dá uma
215 autonomia institucional equivalente às universidades, ou seja, nossa estrutura interna que sai dos
216 colegiados até o Conselho Superior nos deu autonomia para criação de cursos. Nosso PDI
217 realmente teve seu prazo expirado em 31 de dezembro de 2013. Disse que foram iniciadas as
218 discussões em julho de 2013, recebemos pressões, críticas de que demoramos muito para iniciar
219 o processo de discussão do PDI. Falou que em meados de 2012 a meados de 2013 houve uma
220 discussão que trouxe a dimensão do era o Instituto, conseqüentemente que cursos poderiam ser
221 ofertados. Disse que foram sete reuniões do Colégio de Dirigentes e três do Conselho Superior
222 para que tivéssemos um posicionamento definitivo do horizonte da nossa instituição, por isso
223 começamos o PDI a partir de julho. Disse que evidentemente o prazo era curto, tentamos fazer
224 da forma mais participativa e democrática possível. Falou que durante esse período a Rede
225 percebeu que como um todo teria dificuldade para fazer isso, toda a Rede tinha processos
226 atrasados de discussão do PDI, assim foi feito uma intervenção junto às sedes, Secretarias de
227 Regulação, que está vinculada o INEP, para que houvesse uma dilatação do prazo de entrega do
228 PDI. Disse que foi criada uma comissão de Reitores, a qual fez parte. Foram quatro Reitores
229 conversar com o secretário que apresentou a impossibilidade de fazer isso, porque hoje temos 35
230 mil cursos superiores em todo o país, abrir uma brecha como essa seria abrir uma brecha para 35
231 mil cursos superiores, então não foi essa a estratégia, e sim protocolar, manter o PDI antigo para
232 cumprirmos os prazos e avisar as comissões de avaliação que nós tínhamos um prazo maior para
233 apresentar o novo PDI. Esse prazo foi pactuado na última reunião do Conif como dia 30 de
234 junho, por isso estamos hoje discutindo o PDI. Disse que foi reabertas as discussões em
235 fevereiro, passou pelos câmpus, pelo CEPE – Colegiado de Ensino e Extensão da instituição,
236 pré-aprovado pelo CEPE é trazido ao Conselho Superior para aprovação, após será protocolado
237 até 30 de junho e passará a valer o novo PDI. O Presidente ressaltou a importância do PDI para
238 os nossos valores, para que todo e qualquer decisão do Conselho use o PDI como referência. O
239 Presidente passou a palavra para o Camilo. Camilo disse que é uma satisfação estar hoje falando
240 do PDI, está representando uma instituição. Falou que o PDI é o resultado da intervenção de
241 várias pessoas, trabalho coletivo feito por várias mãos, que pretende ser uma base para
242 avaliações nos próximos anos. Disse que o PDI resulta de um projeto bem informado. Iniciou a
243 apresentação falando que inicia um novo ciclo de diálogo – PDI 2014-2018, um trabalho
244 coletivo: Comissão Central de Elaboração do PDI; Consulta aos núcleos e às comissões e
245 Consulta ao CEPE. O PDI 2014-2018 é um Plano de Desenvolvimento Institucional que adota

246 um planejamento estratégico interpretativo, que projeta direcionamentos transversais, que
247 confere unidade aos demais planos institucionais. Um PDI para Orientar a gestão; Recredenciar
248 SINAES/INEP; Mudança social e organizacional na educação. Falou sobre os desafios do
249 planejamento em educação. Organizações educacionais têm decisões difusas e baixo
250 direcionamento, característica que geram uma dúvida, como se adaptar e como prever – como
251 lidar com isso. Falou que três características se ligam as estratégias: melhorar o tramite interno;
252 melhorar qualidade do serviço; melhorar o posicionamento da organização. O PDI é um plano
253 estratégico interpretativo que funciona com: Esquema de representação; Políticas estratégicas
254 amplas; Informa e integra planejamentos menores; Inicia diálogo estruturado pela estratégia.
255 Disse que é adotado por grandes instituições de ensino, como: No Brasil - USP, UNESP, UFBA,
256 UFRJ; Leuven (Bélgica), Dauphine (França) e Twenty (Holanda) com abordagem desse tipo
257 para seus planejamentos. Camilo disse que em linhas gerais, o Plano de Desenvolvimento
258 Institucional 2014-2018 define estratégias que ajudarão o IFSULDEMINAS a contribuir para o
259 desenvolvimento do Sul de Minas Gerais por meio da educação. O Plano de Desenvolvimento
260 Institucional (PDI) propõe um conjunto de parâmetros para construir um IFSULDEMINAS
261 melhor. Ele valerá por cinco anos, de 2014 até 2018. O primeiro plano vigorou para o período de
262 2009 a 2013. O objetivo foi atualizá-lo. É um documento que funciona de forma semelhante a
263 um planejamento estratégico. Possui informações pedagógicas, mas se fundamenta na literatura
264 de planejamento estratégico. Dados gerenciais e rotinas de gestão e decisão foram utilizados para
265 que as projeções ficassem dentro de um horizonte de realidade. O PDI deve ser usado para
266 subsidiar decisões futuras, não para substituí-las. É um documento que não serve para decidir
267 agora o que será feito em 2017. Ele traça parâmetros gerais e sugere abordagens e metas que
268 auxiliarão decisões futuras. Trata-se, portanto, de uma plataforma para decisões dialogadas que
269 se processarão nos próximos cinco anos. Não há como antecipar os detalhes dessas decisões, mas
270 há como antecipar as áreas que carecem de ações estruturantes, bem como critérios para
271 implementá-las. Qualquer planejamento deve ser atualizado com periodicidade mínima anual.
272 Assim como o IFSULDEMINAS muda, o PDI deve mudar, tendo dados atualizados, parâmetros
273 revistos e metas canceladas, substituídas, reformuladas ou atingidas. Incluir minúcias no PDI sob
274 o pretexto de que posteriormente não haveria chance de fazê-lo ou de que tudo o que estiver no
275 documento deverá ser cumprido contrariaria quatro pressupostos de qualquer planejamento: 1º)
276 O plano prevê o desenvolvimento institucional, ele não o antecipa ou o realiza. 2º) O plano não
277 deve conter minúcias, pois se refere a um período longo demais e substanciará as mais variadas
278 decisões. 3º) Atualizar planejamentos é essencial à boa administração. 4º) Coibir mudanças num
279 planejamento poderia levar a cumpri-lo mesmo que ele se revelasse equivocado, o que não
280 poderia ser aceito. Esperar que um planejamento acerte a ponto de descartar revisões também é
281 bastante inadequado. O formato final deste Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018
282 privilegia a facilidade de acessar, manusear e atualizar suas informações. Camilo disse que o
283 documento se preocupa com anseios de diálogos e participação da instituição e esse novo ciclo
284 de diálogo do IFSULDEMINAS apresentado pelo PDI 2014-2018 pede a aprovação do Conselho
285 Superior para que possamos passar para o próximo estágio que é a sua implementação e a busca
286 de uma instituição cada vez melhor de forma a beneficiar os nossos estudantes que são a razão de
287 todos nós estarmos aqui. O Presidente agradeceu o Camilo Oliveira Prado e equipe; o Paulo
288 Roberto Ceccon, diretor de Desenvolvimento Institucional que pode estar presente, e a comissão
289 central do PDI, que conduziu essa discussão. Ressaltou que essa característica do PDI é muito
290 importante, é documento de rumos e um ciclo de diálogos que se abre com a comunidade. Disse
291 que o PDI não é estático, pode e deve sofrer alterações nos próximos anos. O Presidente colocou
292 em discussão para sugestões, incorporações, dúvidas ou críticas e o Camilo vai acompanhando.
293 Josué solicitou correção na página 63 que diz respeito à abertura de graduações no Câmpus
294 Poços de Caldas. O câmpus já em 2014, primeiro semestre, ofereceu o curso e o texto está
295 apontado que o curso será no segundo semestre de 2014 ou primeiro semestre de 2015. Aline
296 disse que tem uma dúvida, as correções teriam de ser feitas hoje, há mudanças frequentes na
297 estrutura algumas coisas já estão defasadas nesse PDI, por exemplo, os organogramas dos

298 câmpus e da reitora. Na parte inicial de composição tem alguns problemas de redação, inclusive
299 de alteração de composição. Outra dúvida é como é a representação dos membros da Camen, da
300 Capepi e da Caex. Marcelo Bregagnoli disse que a transição coincidiu com a discussão do PDI,
301 alguns câmpus já definiram suas equipes, outros ainda nem colocaram seu posicionamento, isso
302 tem dificultado a confecção final dessa parte. Disse que o Camilo vai tentar acompanhar o
303 máximo, nos câmpus, os novos não têm problema, já os pré-expansão a situação está bem
304 complicada, por essa indefinição dos cargos. Xenia gostaria de relevar nesse documento a sua
305 preocupação e dos técnicos-administrativos nesse documento com relação ao Proeja. Assim
306 como o Dr. Dauri falou sobre a legalidade que temos de estar atentos a isso, a lei de criação dos
307 Institutos (Lei 11.982), nos seus artigos 6º e 7º, no 7º cita que observadas às finalidades e
308 características dos institutos, os Institutos Federais têm que ofertar 50% de cursos técnicos de
309 nível médio, prioritariamente integrados, para quem está concluindo o Ensino Fundamental e
310 para Jovens e Adultos, e existe um decreto 5.840, do Proeja, onde em 2006 tinha que resguardar
311 10% das vagas, no mínimo, para o Proeja e a partir de 2007 isso seria acrescido. O
312 questionamento foi o seguinte: quais são os números do Proeja no IFSULDEMINAS, como
313 alcançar as metas de adequação dos percentuais estabelecidos em lei, oferta prioritária, incluir no
314 documento porque isso não está. Mecanismos para alcançar essa meta, quais serão. Como isso
315 vai ser distribuído em relação aos câmpus. Disse que no documento não está claro com relação
316 ao Proeja e sabe que brevemente serão cobrados sobre isso. Falou que seria interessante observar
317 PDIs de Institutos Federais, não tem nenhum PDI de IF que seja referência, as Universidades tem
318 outro perfil público e nós institutos precisamos focar mais no que é a nossa razão de ser.
319 Também com relação às metas, os 20% de licenciaturas, percebeu nesses três anos que está
320 IFSULDEMINAS que está havendo uma movimentação para aumentar esse número. Por último
321 colocou sobre as estratégias de avaliação do PDI, isso não consta no PDI, como vai ser avaliado
322 no final se tudo que planejou foi cumprido, se foram cumpridas as metas. Disse que precisa ter
323 uma avaliação de tudo que planeja, precisa avaliar o que conseguiu isso falta no
324 IFSULDEMINAS, estratégias de modo geral para funcionar a instituição. O Presidente disse a
325 Xenia tem razão de que em nenhum momento o PDI poderá romper a legalidade já estabelecida.
326 Falou que a estratégia do PDI é definir o rumo. Colocou, do ponto de vista de gestão, que o
327 proeja tem um aspecto de oferta, de demanda e também de posicionamento interno. Disse que
328 ainda carecemos de uma capacitação dos nossos servidores para entender o que é Proeja, aceitar
329 o Proeja, aceitar esses alunos para que internalize isso como uma cultura institucional. Falou que
330 isso já se vem conquistando aos poucos, particularmente, percebe a vontade do câmpus de
331 ofertar e também a vontade dessas pessoas de se inserir no mundo do trabalho, capacitados e
332 qualificados. Outro aspecto, o da licenciatura, existe sim, todo um esforço de que alcance os
333 20%, que não apenas de oferta de cursos de licenciatura, pode ser formação inicial continuada,
334 pós-graduação, mas isso é extremamente difícil, não é apenas vontade institucional, é o nosso
335 desafio, não alcançamos os 20% ainda. Disse que entende que isso não é objetivo do PDI, pois o
336 PDI tem que traçar rumos, os rumos foram seguidos em função das discussões. Falou quando a
337 inclusão social não enxerga de forma alguma a instituição semelhante às universidades, com
338 todo respeito às universidades, mas basta olhar o perfil de nossos alunos, o quanto foi promovido
339 de inclusão social, ainda que não tenha conquistado os 10% do Proeja e os 20% das
340 Licenciaturas. Disse que com relação à referência, concorda, mas tem um detalhe, é muito difícil
341 ter uma referência de PDI de um Instituto, porque em 2009 nem sabíamos direito o que era
342 Instituto Federal, o que era câmpus, até onde iria a autonomia do reitor, o que significa ofertar
343 curso superior, pós-graduação. Disse que no bojo dessa discussão conseguimos avançar bastante,
344 transformamos todos os nossos concomitantes, não tínhamos cursos integrados, transformamos
345 todos em cursos integrados em 2009, paralelo a isso tínhamos que discutir o PDI. Falou que isso
346 aconteceu com todos os institutos, assim fica difícil usar um como referência, pois todos
347 passaram por essa dificuldade, as universidades não, elas fazem PDI há décadas. Disse que a
348 Xenia tem razão em usar o PDI com outra filosofia. Xenia disse que fez esse questionamento
349 porque em uma palestra do professor Luís Aguilar (UNICAMP), citou que o PDI do IFRN é

350 referência na Rede Federal. E, pela apresentação do Camilo, o nosso PDI está embasado somente
351 em universidades federais e estrangeiras. Fato que considera grave, pois as universidades
352 possuem outra realidade. O Presidente disse que em 2009 chamou a equipe do IFRN e eles foram
353 referência para a transformação dos cursos em integrados, nesse momento era um pouco da
354 filosofia de implantação dos PDIs. Disse que realmente temos que ter orgulho de participar de
355 uma Rede que inova, que virou referência. O Presidente falou com relação à estratégia de
356 avaliação é importante colocar o novo cenário que será colocado pelo Marcelo Bregagnoli que
357 pediu para ele ficar na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI com essa nova
358 missão. Disse que até então a PRODI tinha uma característica de acompanhamento de obras,
359 agora a PRODI tem uma nova visão. Falou que a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
360 -PROPLAN deixa de ser e passa a ser Pró-Reitoria de Administração - PROAD e o
361 Planejamento fará parte da PRODI, que é onde deve acontecer. Disse que já vem discutindo com
362 o Camilo e vão apresentar uma proposta de planejamento estratégico, ainda esse ano, para
363 inverter essa lógica, usando o PDI como referência, como no caso do Relatório de Gestão, passar
364 a planejar as atividades dos próximos anos, apresentar um plano de ações para ser aprovado pelo
365 CONSUP, para que em 2016 o CONSUP aprove o Relatório de Gestão comparando o
366 planejamento de 2015 mais a execução de 2015 e isso considerando o PDI. Falou que serão PDI,
367 Planejamento Estratégico e Relatório de Gestão e aí sim poderá fazer a estratégia de avaliação
368 apresentando as expectativas de ações. Nelson solicitou a alteração na página 88, item 5, colocar
369 “relação elevada de alunos por professor”. O Presidente explicou sobre o Termo de acordo de
370 metas que estabelecem alguns indicadores, mas não foi publicado oficialmente. Disse que existe
371 hoje um grupo de discussão, o Conif tem participado disso, de reformular o termo de acordo de
372 metas, a ideia é montar uma estratégia de acompanhar o termo de acordo de metas. Falou que é
373 importante usar como referência esse indicador, nem tanto para baixo, nem tanto para cima,
374 considerando essa relação de 1 para 20 (um docente para 20 discentes) temos uma relação
375 elevada. Beatriz falou que na página 52 precisam colocar a competência da CPPD de acordo com
376 a lei da carreira (Lei 12.772). Camilo disse que vai completar. O Presidente lembrou que,
377 segundo os próprios representantes, há certa dificuldade de conseguir docentes interessados em
378 participar da CPPD. Solicitou trabalharem nos câmpus para aumentar o estímulo para
379 participação na CPPD, porque a CPPD tem assumido atribuições maiores, é importante que os
380 quadros sejam mantidos. Continuando a discussão na página 115, tabela 9, no que diz respeito a
381 Oferta de Cursos, Cursos de Pós-graduação do Câmpus Inconfidentes. Disse que a
382 Especialização em Educação Infantil está como turma única, mas na semana que vem começará
383 nova turma, assim o curso continua. O Curso de Especialização em Educação em Ciência e
384 Curso de Especialização em Educação Matemática tiveram apenas uma turma. Camilo explicou
385 que a oferta educacional do instituto tende a se alterar, Os dados apresentados nas tabelas
386 refletem a oferta naquele momento, é um valor informativo para as análises, por isso foi
387 colocada a data que foi feita a pesquisa no câmpus. A ideia é manter os dados porque foram eles
388 que embasaram para as análises que foram feitas. O Presidente justificou que foi feita uma
389 “fotografia” em outubro de 2013, o PDI é um documento informativo e aponta alterações
390 dinâmicas. Sandro apontou as páginas 49 e 50 onde fala da Comissão Interna de Supervisão da
391 Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação e Comissão de Ética dos Servidores.
392 Propôs que seja feita uma discussão para uma reformulação da comissão de ética e que retorne
393 em uma reunião ordinária. O Presidente fez uma sugestão para efeito do PDI que seja mantido o
394 texto como está. Justificou que grande parte das resoluções aprovadas pelo Conselho Superior
395 deverá voltar para reformular, modernizar. Disse que quem propõe alteração já se encarrega de
396 trazer uma proposta reformulada, talvez via CIS, ou outro órgão colegiado, para que os
397 conselheiros tenham subsídios para fazer essa alteração. Encerrada a discussão o presidente
398 colocou em votação a aprovação do PDI. O PDI foi aprovado com as alterações por
399 unanimidade. O Presidente agradeceu ao Camilo e pediu para levar o agradecimento a toda
400 equipe. Dando continuidade item **05. Análise de novo curso – Técnico em Agricultura**
401 **(Pronatec)**. Presidente falou que é uma proposta do Câmpus Inconfidentes. Explicou que temos

402 duas resoluções aprovadas pelo Conselho Superior, a 057/2011 e 009/2014, que definem o rito
403 processual de aprovação de cursos pelo Conselho. São resoluções extremamente avançadas.
404 Comentou que os novos cursos já vêm para o CONSUP após serem analisados tecnicamente,
405 sustentáveis com relação a docentes, para o CONSUP ter uma decisão política. Disse que foi
406 detectado que as resoluções apresentam algumas amarras que precisam ser reformuladas. Falou
407 que a Pró-reitoria de Ensino junto com o Marcelo Bregagnoli e equipe devem apresentar
408 proposta de uma reformulação da Resolução 009/2014, já apresentando, por exemplo, a
409 necessidade de se rediscutir ofertas de Cursos de Pós-graduação Lato Sensu, ou mesmo Stricto
410 Sensu, não dá para seguir o rito original, há a necessidade de termos o olhar um pouco mais
411 flexível para algumas ofertas. Disse que nesse sentido o Câmpus Inconfidentes nas últimas
412 negociações e ofertas, pactuações do Pronatec, onde nós temos milhares de alunos, na absoluta
413 maioria, cursos FIC – Formação Iniciada Continuada, cursos de curta duração, teve uma
414 experiência num curso Técnico em Agricultura, que foi reformulado e adaptado em função das
415 demandas do público local. Disse que os cursos Pronatec não passam individualmente pelo
416 CONSUP, existe uma resolução que delega para cursos FIC a competência de análise desses
417 cursos as Pró-reitorias de Extensão e de Ensino. Explicou que o Câmpus Inconfidentes ofereceu
418 o curso obedecendo a essa dinâmica, de que já existe um processo interno de avaliação de cursos
419 Pronatec. Disse que a PROEN na gestão anterior percebeu que “escapou”, porque é um Curso
420 Técnico dentro do Pronatec, não é Curso FIC, então a princípio deveria passar pelo CONSUP,
421 obedecendo todas as dinâmicas internas, só que não passou e agora o curso está em andamento
422 em via de ser concluído. Falou que é uma solicitação do Câmpus Inconfidentes para que
423 houvesse essa compreensão do CONSUP, para uma aprovação independente das dinâmicas
424 normais, por ser Pronatec. O Presidente passou a palavra para o Luiz Carlos Dias da Rocha que
425 fez um breve comentário a respeito do curso para explicar como se deu o procedimento desde
426 quando tiveram a ideia, as dificuldades de entendimentos e o lapso em não diferenciar o curso
427 Curso Técnico de um Curso FIC, para que a decisão dos conselheiros seja sensata e coerente
428 com aquilo que cada um acredita. Disse que o Câmpus Inconfidentes desenvolvia há um tempo
429 alguns cursos Pronatec Campo e particularmente participava como uma pessoa que acreditava
430 nos cursos Pronatec Campo, como meio. Comentou que nunca trabalharam com o Pronatec
431 Campo como uma atividade fim, sempre como atividade meio, quando tinham uma demanda em
432 um determinado município (região ou comunidade), verificavam se qual curso seria interessante
433 e se encaixava a demanda. Falou que no meio dessas demandas tinha um Curso Técnico em
434 Agricultura no município de Brasópolis, que fica a 130 km de Inconfidentes. Disse que
435 Inconfidentes já oferecia o Curso Técnico em Agricultura no Bairro Algodão, em Pouso Alegre,
436 até que o foi passado para o Câmpus Pouso Alegre. Tem a oferta desse curso em Cambuí, que
437 ofertam até hoje. A ideia inicial não era criar um curso novo e sim utilizar essa plataforma que já
438 se tinha para um Curso Técnico em Agricultura. A estratégia de trabalho que se tinha era muito
439 dialógica de conversar sempre com os parceiros, sempre atendendo a demanda que a
440 comunidade queria. Falou que foi assim nos municípios de Cruzília, Soledade de Minas, Bueno
441 Brandão, Córrego do Bom Jesus. Disse que um Curso Técnico de Pronatec Campo seria um
442 desafio, porque não tinha histórico desse curso em outro local, como era desafio, foi discutido
443 com a comunidade. Explicou que o Curso Técnico em Agricultura Subsequente (Pronatec
444 Campo) tem o objetivo de oportunizar a oferta de ensino técnico de qualidade a estudantes do
445 meio rural especialmente aos filhos de agricultores que ainda mantém vínculo com as unidades
446 produtivas. Buscando atender as demandas de Educação do Campo. Disse que o Projeto
447 Pedagógico do curso é fruto de uma discussão conjunta entre o IFSULDEMINAS, a EMATER-
448 MG e a comunidade do município de Brazópolis, realizada durante o I Fórum de Educação do
449 Campo do IFSULDEMINAS que aconteceu nos dias 23 e 24 de maio de 2013 (Brazópolis/MG).
450 A proposta resultante da discussão incluía estudos voltados ao fortalecimento da agricultura
451 familiar, buscando a sustentabilidade, ensinamentos agroecológicos, a promoção do conhecimento nos
452 alunos para a produção de alimentos com responsabilidade social e ambiental. Luiz Carlos disse
453 que em setembro foi apresentado para as lideranças se a proposta era o resultado da discussão de

454 maio e em outubro houve algumas mudanças estruturais de chefias em Brasília, foi trocada a
455 coordenação do Pronatec e de lá saiu uma decisão de que se não abrissem os cursos técnicos
456 naquele momento não poderiam abrir mais. Falou que como tinham todo esse trabalho de quase
457 um ano trabalhando junto com a comunidade e seguiram os mesmos trâmites que eram dados aos
458 Cursos FIC. Diante disso o curso teve início em novembro, foi aberto o edital, cadastraram os
459 docentes e a matriz começou a funcionar em novembro. Nesse ano de 2014 foi verificado que o
460 PPC precisava de alterações, assim foi passado para os colegiados e quando chegou à PROEN
461 constataram que o Curso não tinha sido aprovado pelo CONSUP. Falou que como conseguiram
462 cadastrar 24 matrículas, filhos de agricultores, que estão cursando até hoje, não houve evasão.
463 Falou que as aulas práticas do curso acontecem nas propriedades dos estudantes, além de
464 promover a integração dos estudantes, promove também a troca de experiências. Comentou que
465 os estudantes têm satisfação de fazer o curso. O Presidente disse que um rito sugerido pelo
466 PROEN seria uma Resolução *ad referendum*, expediente que é previsto no regulamento. Disse
467 que fez uma consulta tanto à PROEN quanto ao câmpus se poderia aguardar a reunião do
468 CONSUP, porque tem evitado a Resolução *ad referendum*, deixando para apenas no último caso.
469 O Presidente colocou em discussão se o CONSUP autoriza esse curso considerando todo o
470 histórico apresentado. Letícia disse que está esclarecido, mas estava receosa em se posicionar,
471 nesse caso tendo duas opções: aprovar ou mandar parar o curso. O Presidente disse que se fosse
472 um curso fora do Pronatec, também como conselheiro ficaria receoso em aprovar, mas a
473 excepcionalidade se deu em função do Pronatec, curso ofertado fora dos moldes tradicionais e já
474 existia um rito interno de aprovação dos PPCs dos cursos pelas Pró-reitorias de Extensão e
475 Ensino. Falou que nenhum outro curso na instituição passa por esse tipo de problema. Xenia
476 disse que estava assustada com a situação, disse que participou do Pronatec e sempre soube que
477 isso era necessário, Cursos FIC passarem pelas Pró-reitorias e Cursos Técnicos não, por ser um
478 tempo muito superior. Falou que também estava receosa por esta situação, compreende, mas fica
479 uma situação complicada, vão ter de pensar e discutir o que vão fazer, porque sabe que teve essa
480 demanda como foi colocada. Questionou se os outros cursos técnicos que estão funcionando pelo
481 Pronatec no IFSULDEMINAS são aprovados. O Presidente justificou que existem cursos que
482 aproveitam os PPCs já aprovados e reaplicam. Esse curso especificamente veio para aprovação
483 no CONSUP porque foi reformulado após discussão com a comunidade. O Presidente disse que
484 o termo de aprovação desse curso nesta reunião, caso aprovarem, será uma Resolução que
485 autoriza o funcionamento do curso com o Projeto Pedagógico alterado. Célio falou para fazerem
486 uma reflexão sobre o termo Ousadia. Disse que ousadia é querer mais e querer mais é às vezes
487 aventurar. Disse que não receia em aprovar esse curso, porque é um curso de formação e o nome
488 da instituição estará acima de tudo. Falou que não tem receio algum mesmo sabendo das
489 implicações, porque o maior resultado será a constituição de novas pessoas, no nosso país que
490 tanto reclama da não oportunidade. Letícia entende tudo que foi falado e concorda, mas se for
491 fazer isso sempre, não haverá necessidade de passar pelos trâmites. Solicitou partirem para
492 aprovação do curso, acha que o ônus seria muito maior se não aprovassem, mas se existem
493 outras instâncias que o curso deva passar, deve ser respeitado. Jorge disse que é uma
494 excepcionalidade, não vai ser uma prática usual. É uma excepcionalidade, mediante tudo o que
495 foi exposto pelo Professor Luiz Carlos Rocha, pelo trabalho desenvolvido. O Presidente disse
496 que o Conselho Superior é soberano. Colocou em votação a autorização de funcionamento do
497 Curso Técnico em Agricultura (Pronatec) com o PPC alterado, sendo aprovado por unanimidade,
498 com a ressalva de isso não aconteça mais. Seguindo a pauta, item **06. Regulamento Interno do**
499 **Colégio de Dirigentes.** O Presidente disse ficou surpreso quando soube que o IFSULDEMINAS
500 ainda não tinha um Regulamento Interno do Colégio de Dirigentes adequado à realidade,
501 importante para o Recredenciamento Institucional. Disse que tem dado muita importância ao
502 Colégio de Dirigentes. Prova disso é que muitas discussões que vieram para o CONSUP saíram
503 de lá, como por exemplo, oferta de vagas de docentes e técnico-administrativos. Disse que esse
504 regulamento traduz o que já vem sendo feito. O Presidente colocou em discussão, sem
505 observações colocou em votação, sendo aprovado por todos. Prosseguindo item **07. Homologar**

506 **as Resoluções Ad Referendum 040, 041, 042 e 043/2014. Resolução 040/2014**, que trata da
507 Regulamentação da avaliação e fluxo de procedimentos para a concessão do Reconhecimento de
508 Saberes e Competências (RSC) aos docentes pertencentes ao Plano de Carreira de Magistério do
509 Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. O Presidente explicou que a RSC foi uma conquista da
510 discussão da carreira em 2012, conquista na perspectiva da gestão, da carreira docente, aprovada
511 em 2012 que estabeleceu o processo de reconhecimento de saberes e competências, esse
512 processo é baseado na lei da carreira (Lei 12.772/2012), que instituiu um conselho o CPRSC –
513 Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências, o qual é representante
514 da Rede. Disse que o CPRSC aprovou um documento que estabelece a Resolução e foi discutido
515 no Conselho Superior o Regulamento. O RSC é um reconhecimento em função da trajetória do
516 docente de que ele teria direito a receber a RT – Retribuição por titulação de um título acima do
517 dele, mesmo sem ser titulado, com esse reconhecimento que envolve uma série de atividades
518 (Tabelas anexas ao Regulamento). Disse que isso de certa maneira é para fazer justiça, porque
519 grande parte de nossos docentes, 15, 20, 25 anos atrás davam 35 ou até mais aulas por semana,
520 tinham poucos estímulos para capacitação, ou seja, construíram a Rede Federal sem os estímulos
521 que temos hoje, de 10% poder se afastar para capacitação, isso gera um substituto, auxílios,
522 bolsas, para fazer justiça com esses docentes. Falou que o Regulamento foi aprovado pelo
523 Conselho Superior e enviado para CPRSC homologar. Disse que como fomos os primeiros a
524 encaminhar o regulamento, lá encontraram problemas na proposta que o Conif tinha feito como
525 sugestão. O Regulamento voltou para o Conselho Superior, revisado e readequado e passamos a
526 diante para que ele fosse publicado no Diário Oficial, para que todos os docentes do
527 IFSULDEMINAS pudessem pedir junto a CPPD o seu RSC. Nesse meio tempo houve uma nova
528 reunião do CPRSC e uma nova sugestão de alteração do Regulamento, uma coisa pequena que
529 poderia representar um grande problema. Explicou que no Artigo 2º, parágrafo segundo diz que
530 o processo deve obrigar o docente, em atuar em ensino e orientação em todos os níveis. O que a
531 resolução queria dizer é que todos os níveis do regulamento tem que prever ensino e orientação,
532 isso voltou para nós porque no nível um não tinha orientação, assim não seria aprovado.
533 Explicou que já estávamos em processo de publicação e trouxe para sua responsabilidade incluir
534 no RSC I a orientação de estágios. Comentou que tem um docente do Câmpus Muzambinho que
535 aposenta (Aposentadoria Compulsória) na próxima quinta-feira, um dos pouquíssimos da Rede,
536 uma vez aposentado ele perderia o direito da RSC. Disse que assim entendeu por bem publicar a
537 Resolução 040/2014 *ad referendum* com esta alteração para acelerar o processo e aproveitamos
538 para acatar uma sugestão da Letícia, conselheira, que fosse feita algumas alterações ortográficas
539 e gramaticais no texto, mudanças muito pontuais. Aproveitou para agradecer a Letícia que fez
540 esse trabalho de correção e ajuste na redação. Falou que o regulamento já foi publicado na
541 semana passada. Disse que gostaria que os conselheiros entendessem que essa resolução era
542 importante para avançar. O Presidente colocou em discussão. Eustáchio questionou, a título de
543 informação, como ficam a situação dos técnicos administrativos (TAEs). O Presidente disse que
544 houve reivindicações justíssimas dos TAEs, afinal os TAEs construíram a Rede junto com os
545 Docentes e tiveram as mesmas ou maiores dificuldade para se capacitarem do que os docentes. O
546 que ocorreu foi um mal entendido. Disse que foi protocolado no final do ano passado, no MPOG,
547 um pedido para que se abrisse uma negociação no MPOG e com o MEC de discussão do RSC
548 para os TAEs, nos mesmos moldes, mas até o momento não tiveram a informação de abertura
549 desse grupo de trabalho. Disse que protocolaram também a solicitação do TAE substituto. Marco
550 Aurélio parabenizou o Reitor Pro tempore, Sérgio Pedini, por essa atitude de amparar o servidor
551 que vai aposentar e que esse espírito prevaleça em nosso meio de trabalho. Os conselheiros
552 homologaram a resolução 040/2014, por unanimidade. O Presidente disse que já foi publicado o
553 Regulamento e a partir de agora, a Resolução homologada, a CPPD já poderá receber os pedidos
554 de solicitação da RSC. Marcelo Bregagnoli explicou as Resoluções 041, 042 e 043/2014.
555 **Resolução 041/2014**, que dispõe sobre a aprovação “ad referendum” do Programa de Pós-
556 graduação “Stricto Sensu” em Cafeicultura; **Resolução 042/2014**, que dispõe sobre a aprovação
557 “ad referendum” do Programa de Pós-graduação “Stricto Sensu” em Ciência e Tecnologia de

558 Alimentos; e **Resolução 043/2014**, que dispõe sobre a aprovação “ad referendum” do Programa
559 de Pós-graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Disse que
560 uma exigência da Capes e todo funcionamento é discutido posteriormente. Falou que a
561 aprovação de um Curso *Stricto Sensu*, seja ele acadêmico ou profissionalizante, passa pelo crivo
562 da Capes, que tem os seus critérios, que não são poucos. Disse que é a terceira vez que o
563 IFSULDEMINAS pleiteia curso *Stricto Sensu* para o Instituto, só que dessa vez a história é um
564 pouco diferente, porque no ano passado nós tivemos no Reditec o apontamento de algumas áreas
565 de desenvolvimento dentro da Rede Federal. O IFSULDEMINAS das seis primeiras colocações
566 foi apontado com três: Mestrado Profissionalizante em Cafeicultura, Mestrado Profissionalizante
567 em Ciência e Tecnologia de Alimentos e Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento
568 Regional e Meio Ambiente. Foi feito um grupo de trabalho, teoricamente cada câmpus pré-
569 expansão assumiu um curso para trabalhar, em atendimento aos critérios da Capes. Essa proposta
570 (PCN) foi encaminhada para credenciamento e essa submissão precisava de uma resolução
571 manifestando a intenção da instituição em oferecer os cursos e aprovando os regimentos, uma
572 pré-aprovação do curso. Por isso foi solicitado ao Reitor que fizesse esse ato *ad referendum* para
573 ser anexada a proposta e encaminhada a Capes. Explicou que o fato de ser submetido a Capes
574 não significa que vai ser aprovado, estamos aguardando. Falou que é Mestrado Institucional e a
575 justificativa das Resoluções *ad referendum* é exatamente essa solicitação da Capes de que se
576 tenha uma aprovação prévia do regimento do curso e todo o funcionamento do curso é discutido
577 posteriormente ao deferimento da Capes. O Presidente disse que essa submissão precisava de
578 uma autorização prévia e tinha prazo. Disse que concorda com o Marcelo Bregagnoli sobre a
579 importância e o avanço para o IFSULDEMINAS, hoje não temos nenhum *Stricto Sensu*
580 aprovado ainda. O Presidente colocou em discussão. Antônio Marcos disse que não consta em
581 qual câmpus vai acontecer o Curso de Pós-graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento
582 Regional e Meio Ambiente, acredita que se já em Inconfidentes, mas não consta. Marcelo
583 Bregagnoli disse que toda proposta é institucional e nesse caso deve ter sido omitido que foi
584 liderada pelo Câmpus Inconfidentes. Falou que a oferta para efeito de câmpus será: Mestrado
585 Profissionalizante em Cafeicultura – em Muzambinho; Mestrado Profissionalizante em Ciência e
586 Tecnologia de Alimentos – em Machado; e Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento
587 Regional e Meio Ambiente – em Inconfidentes. Reiterou que há uma discussão de todos os
588 docentes do instituto e docente de fora da instituição. Disse que vai solicitar a correção no
589 documento. Aline questionou se após aprovada a Resolução pelo Conselho Superior, há a
590 obrigação de ofertar o curso, mesmo se a Capes não aprovar. Explicou que a abertura do curso
591 depende da Capes e só vai ser ofertado se a Capes deferir e o Conselho entender que o
592 IFSULDEMINAS mereça ter um mestrado. Após as discussões foram aprovadas as resoluções
593 por todos. Assim, os conselheiros homologaram as Resoluções 041, 042 e 043/2014. Seguindo a
594 pauta, item **08. Alteração no Organograma da Reitoria**. Marcelo Bregagnoli apresentou a
595 proposta estrutural da Reitoria, solicitou do Conselho Superior a apreciação das alterações no
596 Organograma da Reitoria, descritas abaixo: **Reorganização entre Pró-Reitorias/Setores**.
597 Diretoria de Ingresso deixa de ser vinculada ao Gabinete do Reitor para ser vinculada à Pró-
598 Reitoria de Desenvolvimento Institucional; A Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação
599 deixa de ser ligada ao Gabinete do Reitor para ficar submetida à Pró-Reitoria de
600 Desenvolvimento Institucional; o Departamento de Gestão de Pessoas, que era vinculado à Pró-
601 Reitoria de Planejamento e Administração, passa a ser ligado diretamente ao Gabinete do Reitor;
602 a Coordenação de Esporte, Lazer e Cultura, antes ligada à Pró-Reitoria de Ensino, passa para a
603 Pró-Reitoria de Extensão. **Criação Diretoria/Coordenação Geral**. Na Pró-Reitoria de Ensino,
604 criação da Diretoria de Ensino à Distância; No Departamento de Gestão de Pessoas, criação da
605 Coordenação Geral de Gestão de Pessoas. **Alteração de Nomenclaturas**. Pró-Reitoria de
606 Planejamento e Administração passa a ser denominada Pró-Reitoria de Administração
607 (PROAD); Diretoria de Ingresso passa a ser denominada Coordenação-geral de Ingressos;
608 Coordenação Contábil muda para Coordenação-geral Contábil; Chefe do Setor de Licitações
609 passa para Coordenação de Licitações; Departamento de Infraestrutura passa para Coordenação-

610 geral de Desenvolvimento Organizacional. O Presidente colocou em discussão. Antônio Marcos
611 disse que gostaria de ter as atribuições. Marcelo Bregagnoli disse que nesta reunião está
612 apresentando a proposta de alteração, por enquanto continuam os cargos como estão as
613 atribuições ainda serão trabalhadas e apresentadas numa próxima reunião do Conselho Superior
614 para reunião. Célio fez uma sugestão e ao mesmo tempo ofereceu uma alternativa nos rodízios
615 das reuniões do Conselho Superior, se eventualmente quiserem fazer reunião na Cooxupé, as
616 portas estarão abertas e aproveitam para conhecerem a estrutura. O Presidente agradeceu, disse
617 que é uma excelente sugestão. Antônio Marcos solicitou ativarem a videoconferência, pelo
618 menos para as reuniões extraordinárias. O Presidente disse que já vem exercitando isso, agora
619 dependem dos câmpus disponibilizarem a infraestrutura. Marcelo Bregagnoli disse que já foi
620 comunicado a todos os pró-reitores sobre a utilização da videoconferência, solicitou fazerem
621 uma força tarefa e comungue isso com os pares. Xenia questionou, a respeito dos documentos
622 das reuniões enviados ao Conselho Superior para apreciação, se tem um prazo para envio. O
623 Presidente disse que sim, pelo Regimento Interno do Conselho Superior são 72 horas antes da
624 reunião, mas sempre encaminhamos com mais antecedência. Xenia disse que gostaria de saber
625 sobre a participação dos suplentes nas reuniões, se os suplentes podem participar das reuniões
626 junto com os titulares. O Presidente disse que nunca passou isso por discussão no Conselho, fica
627 preocupado com a infraestrutura, pois dobraria a quantidade de pessoas, impactaria também nos
628 Câmpus onde há o pagamento de diária. Nelson opinou sobre a colocação de Xênia, dizendo que
629 entendia ser possível a participação dos suplentes nas reuniões em discussões nas quais eles
630 teriam mais domínio sobre o assunto. Assim, o titular se retiraria da mesa para o suplente
631 assumir a titularidade para discutir e votar aquele tema. Nelson disse que gostaria de lançar a
632 discussão sobre as diárias, já que em breve todas as escolas teriam refeitório e as diárias não
633 seriam mais pagas. Nelson lembrou a apresentação do Dr. Dauri que disse que a finalidade da
634 instituição é o atendimento ao aluno. Assim, servidores satisfeitos levam mais qualidade no
635 atendimento ao aluno. Contrariamente, o não pagamento de diárias para destinos com refeitório
636 causa insatisfação junto aos servidores, não pelo valor das mesmas, mas por acreditarem que é
637 um direito a ser atendido. Nelson sugeriu que os diretores juntamente com o Reitor verificassem
638 a possibilidade de cumprir a lei, com relação ao pagamento de diária, verificasse uma forma de
639 ser racional, usar a videoconferência e quando forem aos câmpus que seja paga a diária,
640 independentemente de ter restaurante no câmpus ou não. Que seja feito um levantamento do
641 que economizarmos em diárias, quando for videoconferência e por outro lado que nesta
642 próxima administração seja reprogramado uma logística dessas viagens, que são muitas. O
643 Presidente encaminhou que retorne ao Colégio de Dirigentes para que apresentem uma proposta.
644 Nelson solicitou que a CIS, CPPD e o Dr. Dauri sejam chamados para essa discussão.
645 Todos concordaram. Dando continuidade, item **09. Expedientes (Presidente e Secretário). -**
646 **Proposta de Resolução - Antecipação de Tutela – RSC para o servidor Fausto.** O Presidente
647 explicou que a proposta de Resolução dispõe sobre a concessão de RT – Retribuição por
648 Titulação, como antecipação de tutela, ao Professor Fausto Figueiredo Vieira, em função do
649 processo de RSC – Reconhecimento de Saberes e Competências. Leu a proposta de resolução:
650 “O Reitor Pró Tempore e Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação,
651 Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professor Sérgio Pedini, nomeado pela Portaria
652 número 464, de 27 de maio de 2014, publicada no DOU de 28 de maio de 2014, seção 2, página
653 26 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
654 considerando a deliberação do Conselho Superior em reunião realizada na data de 24 de junho de
655 2014, e considerando também: I – O Art. 18 da Lei 12.772/12, que prevê a concessão do RSC –
656 Reconhecimento de Saberes e Competências aos docentes da Carreira de Magistério de EBTT –
657 Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; II – A constituição do CPRSC – Conselho Permanente
658 do Reconhecimento de Saberes e Competências, mediante Portaria do MEC nº 491, de 10 de
659 junho de 2013; III – A Resolução 001/14 do CPRSC, que fixa os pressupostos, as diretrizes e os
660 procedimentos para a concessão de RSC aos docentes de EBTT, por meio de processo avaliativo
661 especial; IV – A Resolução 040/14 do IFSULDEMINAS, que institui o Regulamento Interno do

662 RSC, previsto na Resolução 001/14 do CPRSC e homologado pelo mesmo; V – A instituição do
663 Banco de Avaliadores para o RSC, mediante o Ofício Circular 074/2014/DDR/SETEC – MEC,
664 que constituirá a Comissão de Avaliação das solicitações de RSC, mas ainda sem previsão dessa
665 ação; VI – O direito de concessão do RSC apenas a docentes do quadro de ativos das
666 instituições; VII – Que o professor Fausto Figueiredo Vieira completa 70 (setenta) anos no dia
667 25 de junho próximo e, conseqüentemente, terá aposentadoria compulsória; VIII – Que o
668 referido professor protocolou sua solicitação junto à CPPD – Comissão Permanente de Pessoal
669 Docente, com seus comprovantes de atividades, sendo tudo conferido previamente pela
670 Comissão, com processo arquivado na DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas do
671 IFSULDEMINAS; IX – Que após a aposentadoria compulsória não há possibilidade legal de
672 concessão de RT. X – Que o referido professor, apesar de entregar a documentação exigida,
673 poderá ser prejudicado, caso não haja a avaliação antes de 25 de junho de 2014. XI – Que a
674 excepcionalidade do caso demanda providência urgente, uma vez que não é razoável que o atraso
675 administrativo, sem culpa do requerente, possa inviabilizar a concessão do benefício.
676 RESOLVE: Art. 1º. Conceder a RT – Retribuição por Titulação ao professor Fausto Figueiredo
677 Vieira, em função do RSC – Reconhecimento de Saberes e Competências, como antecipação de
678 tutela, visto que os trâmites sob sua responsabilidade foram concretizados e não haverá tempo
679 hábil para a avaliação normal prevista na Resolução 001/14 do CPRSC, em função de sua
680 aposentadoria compulsória. Parágrafo único – O processo de avaliação do professor ora
681 protocolado seguirá o caminho normal de avaliação (quando esta estiver disponível) e, caso lhe
682 seja negado o direito ao RSC, a RT – Retribuição por Titulação será cancelada, consideradas,
683 ainda, as possibilidades recursais previstas. Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de
684 sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.” O Presidente explicou que é apenas uma
685 antecipação de tutela. Colocou em discussão e aprovação, sendo aprovada por todos. Logo após
686 pediu para a Beatriz priorizar o processo dele na CPPD. O Professor Sérgio Pedini disse que esta
687 era a sua última reunião como Presidente, se despediu dos conselheiros agradecendo a todos pelo
688 apoio e colaboração. Finalizada a pauta e não havendo mais nada a tratar o Presidente agradeceu
689 novamente a todos pela presença e declarou encerrada a reunião às dezesseis horas e quarenta
690 minutos. Eu, _____ Rosana Aparecida Rennó Moreira Aleixo, Secretária “ad hoc”
691 deste Conselho, lavrei a presente Ata, que após apreciação será assinada por todos os
692 conselheiros presentes. Muzambinho, vinte e quatro de junho de dois mil e quatorze.

Sérgio Pedini	Presidente do CONSUP	_____
Lidiane Teixeira Xavier	Representantes dos Docentes	_____
Letícia Sepini Batista	Representantes dos Docentes	_____
Evane da Silva	Representantes dos Docentes	_____
Beatriz Glória Campos Lago	Representantes dos Docentes	_____
Flávio Santos Freitas	Representantes dos Docentes	_____
Evane da Silva	Representantes dos Docentes	_____
Marco Aurélio Nicolato Peixoto	Representantes dos Docentes	_____
Luis Gustavo Alves Campos	Representantes dos Docentes	_____
João Mario Andreazzi Andrade	Representantes dos Discentes	_____
Washington dos Reis	Representantes dos Discentes	_____
João Paulo Teixeira	Representantes dos Discentes	_____
Guilherme Vilhena Vilasboas	Representantes dos Discentes	_____
Eustáchio Carneiro	Rep.Técnico-Administrativos	_____
Antônio Marcos de Lima	Rep.Técnico-Administrativos	_____

Sandro Soares da Penha	Rep.Técnico-Administrativos	_____
Clayton Silva Mendes	Rep.Técnico-Administrativos	_____
Nelson de Lima Damião	Rep.Técnico-Administrativos	_____
Xenia Souza Araújo	Rep.Técnico-Administrativos	_____
Renan Andrade Pereira	Representantes dos Egressos	_____
Christoffer Carvalho Vitor	Representantes dos Egressos	_____
Adolfo Luis de Carvalho	Representantes dos Egressos	_____
Márcia Scodeler	Representantes dos Egressos	_____
Jorge Florencio Ribeiro Neto	Rep. Entidades Patronais	_____
Célio Antonio Leite	Rep. Ent. dos Trabalhadores	_____
Jésus de Souza Pagliarini	Rep. Setor Público ou Estatais	_____
Murilo de Albuquerque Regina	Rep. Setor Público ou Estatais	_____
Luiz Carlos Dias da Rocha	Rep. Diretores-gerais dos Câmpus	_____
Carlos Henrique R. Reinato	Rep. Diretores-gerais dos Câmpus	_____
João Paulo de Toledo Gomes	Rep. Diretores-gerais dos Câmpus	_____
Josué Lopes	Rep. Diretores-gerais dos Câmpus	_____
Marcelo Carvalho Bottazzini	Rep. Diretores-gerais dos Câmpus	_____